



Mulheres

nas  
eleições  
2010

José Eustáquio Diniz Alves  
Céli Regina Jardim Pinto  
Fátima Jordão  
Organizadores

# **Cotas e movimentos sociais nas estratégias partidárias de inserção das mulheres na vida parlamentar: os casos do Rio de Janeiro e Ceará nas eleições 2010 para a Câmara dos Deputados**

**Fabiano Santos\***

**Carolina Almeida de Paula\*\***

**Joana Seabra\*\*\***

Este texto trata do lançamento de candidaturas às eleições proporcionais, a partir de análise comparativa referente às estratégias dos partidos políticos para montagem de listas de candidatos, nos Estados do Rio de Janeiro e Ceará. As questões em torno das quais se construiu o estudo foram: teriam os partidos alguma estratégia de recrutamento partidário, em vista do secular problema da sub-representação feminina em nosso Parlamento? Quais seriam as consequências da presença ou ausência de tal estratégia em termos de perfil das listas de competidores/as para a Câmara dos Deputados, sobretudo no que tange a quantidade e o desempenho de mulheres no pleito? Em outras palavras, propõe-se identificar as estratégias partidárias de captura e apreensão de filiados/as com potencial eleitoral, com especial atenção para uma eventual preocupação em recrutar mulheres para o seio do partido. Nos casos em que tais estratégias foram reconhecidas, buscou-se detectar os métodos desenvolvidos pelas legendas, no sentido

---

\* Doutor em Ciência Política (IUPERJ), Professor e Pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).

\*\* Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutoranda em Ciência Política (IESP-UERJ).

\*\*\* Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCIS/UERJ).

de fazer valer tal preocupação, além de seus efeitos sobre a definição de vagas nas listas de concorrentes e no desenvolvimento da campanha.<sup>1</sup>

Para melhor elucidação das questões levantadas e organização das respostas dadas ao questionário, foi desenvolvido um modelo analítico que permitiu averiguar o grau de consistência dos partidos com relação às estratégias de formação de listas de candidatas e seus efeitos sobre as chances de eleger mulheres. A ideia do modelo analítico é testar até que ponto os partidos possuem estratégias de recrutamento marcadas por critérios de gênero e em que medida tais estratégias, de fato, trazem resultados concernentes às chances de sucesso de diferentes candidaturas nas chapas proporcionais. Também foi possível, com este modelo, observar se a presença de mulheres nas listas responde mais a imposições legais, como é exemplo a Lei de Cotas, ou a características específicas das pessoas que são candidatas, independentemente de sua condição de gênero.

O grau de consistência foi montado a partir das respostas ao questionário, classificadas em quatro diferentes blocos (ver também Anexo metodológico): recrutamento partidário; participação das mulheres na instituição partidária; formação das chapas partidárias para as eleições 2010 e a Lei das Cotas (Lei 12.034/09); e recursos destinados pelos partidos aos seus candidatos à Câmara dos Deputados. Presumiu-se que respostas positivas para questões de um bloco indicam a presença de respostas positivas para questões do bloco anterior. Em outras palavras, o modelo de consistência supõe que, quanto mais isso for verdadeiro, mais o partido demonstra consistência em suas estratégias de recrutamento, tendendo a ser maior também a presença de mulheres em sua lista, ou, alternativamente, a eficiência eleitoral das mesmas.

O presente estudo é estruturado em cinco seções, além dessa introdução. Assim, a seguir, é feito um breve comentário do debate recente encontrado na literatura sobre gênero e política no Brasil, com ênfase na sub-representação feminina no Parlamento. Verifica-se que a discussão chegou a um ponto em que só mesmo a elucidação de estratégias individuais de partidos permite avanço significativo na teoria e empiria ao redor do

---

<sup>1</sup> Utilizando metodologia quantitativa e qualitativa, a pesquisa consistiu na aplicação de entrevista presencial semiestruturada com 14 partidos políticos (representados por líderes com cargos de direção) no Rio de Janeiro e 12 no Ceará, realizadas de setembro de 2010 a fevereiro de 2011, com média de duração de 50 minutos cada. Consideramos que as entrevistas com os/as dirigentes partidários/as em dois Estados constituem contribuição principal que a pesquisa trouxe à discussão recente em torno do tema. Do ponto de vista da análise empírica, sem dúvida, uma comparação entre dois Estados com características econômicas, sociodemográficas e de trajetória política distintas acabou fornecendo maior robustez às conclusões alcançadas.

tema. Na segunda seção, apresenta-se um panorama geral das eleições de 2010 para a Câmara dos Deputados (candidaturas e eleitos) nos Estados do Rio de Janeiro e Ceará, mostrando como o primeiro costuma mostrar resultados relativos melhores da perspectiva de gênero do que o segundo. Na quarta seção, expõe-se a metodologia adotada para a pesquisa junto aos partidos, ou seja, aplicação de questionários semiestruturados a dirigentes de partidos considerados relevantes nestas duas unidades da federação. Também são discutidos os fundamentos do modelo analítico desenvolvido para organizar teoricamente as informações.

A quinta seção pode ser considerada o fulcro deste texto. Os resultados da aplicação do *survey* são detalhadamente comentados à luz do modelo, primeiro em seus contornos mais gerais e depois especificamente sobre o padrão de respostas dos partidos às questões relativas ao problema de gênero na disputa eleitoral. Constata-se que a literatura acerta ao identificar partidos de esquerda como os que mais se preocupam com o tema e concretizam tal preocupação por meio de estratégias específicas, sendo a hipótese confirmada nos dois Estados. Contudo, não são quaisquer partidos de esquerda, mas sim os que possuem vínculos orgânicos com movimentos sociais ligados ao problema. E estes são apenas dois: PCdoB e PT.

Por fim, são apresentados os comentários conclusivos, articulando os achados oriundos do *survey* aos resultados eleitorais nos dois Estados. Ficou provado, neste ponto, que a adoção de estratégias específicas pelos partidos para a eleição de mulheres é ortogonal ao resultado eleitoral, não havendo, o que parece ainda mais intrigante, relação entre a adoção de estratégias e as decisões concernentes à distribuição de recursos de campanhas para os candidatos.

### **Breve revisão da literatura**

Esta seção é dedicada a um pequeno levantamento, na literatura, sobre a participação das mulheres na política brasileira, sobretudo a respeito do desempenho das candidaturas femininas nas eleições para o Parlamento. Longe de almejar exaurir a produção acadêmica em torno do tema, o objetivo é tão somente apontar os principais caminhos tomados pelas pesquisas no Brasil, assim como os resultados encontrados até o momento.

De um ponto de vista mais geral, a literatura que envolve “mulheres e eleições” ocupa-se basicamente em entender os resultados eleitorais (mais especificamente, a intenção é mensurar o sucesso e o fracasso das

cotas), por meio de três aspectos: socioeconômicos, culturais e políticos. Os trabalhos que se debruçam sobre os fatores políticos (questões institucionais do sistema político) têm foco na relação entre os sistemas partidário e eleitoral, sendo que a discussão incide, essencialmente, sobre o debate entre lista aberta e lista fechada, com preferência pela fechada e representação proporcional. Neste caso, a Argentina seria o tipo ideal, na linha dos estudos de Mercedes Mateo-Díaz (2006). Mesmo quando as análises partem de uma explicação “institucionalista”, como em alguns trabalhos de Clara Araújo (2007), o objetivo é entender a baixa elegibilidade de mulheres pela via de variáveis como número de candidaturas e eleitas.

Ressalta-se, portanto, a falta de estudos que entendam a baixa representação de mulheres no Legislativo por meio de uma perspectiva partidária organizacional, e não apenas como efeito de aspectos específicos do nosso sistema eleitoral, seja o formato da lista, seja a excessiva fragmentação do sistema partidário. Nesse sentido, a decisão de estudar estratégias partidárias leva a um entendimento dos critérios que regem o recrutamento de mulheres. A literatura internacional ofereceu pistas importantes a esse respeito, com o clássico estudo de Pipa Norris e Lovenduski (1995) e, mais recentemente, com a adaptação institucionalista do modelo oferta/demanda feita por Mona Lena Krook (2010). Para o caso nacional, Luzia Álvares (2008) talvez seja a única autora que se preocupou com o tema do recrutamento de mulheres e seleção de candidaturas. Contudo, após aplicar o esquema de Norris e Lovenduski, não se observa avanço claro para além da identificação das políticas dos partidos brasileiros de recrutamento de filiados/as e de definição da direção partidária. Não há, enfim, uma discussão sistemática até o presente momento concernente à relação entre políticas de recrutamento e definição dos cargos de direção e composição de listas e desempenho eleitoral.

A primeira grande contribuição sobre o tema da participação feminina na política brasileira advém dos estudos de Lúcia Avelar, cuja síntese pode ser encontrada em *Mulheres na elite política brasileira* (AVELAR, 2001). O argumento de fundo é que a sub-representação das mulheres na elite política expressa o fenômeno mais geral de desigualdade e cidadania segmentada que continua a caracterizar nossa sociedade, a despeito das inúmeras conquistas, recentemente alcançadas, em termos de igualdade formal e cidadania universal.

Contudo, o impulso mais propriamente político institucional no estudo da sub-representação feminina na democracia brasileira foi dado por

uma série de trabalhos publicados por Clara Araújo, em vários veículos nacionais e internacionais.

Em artigo publicado na *Revista de Sociologia Política*, Araújo (2005) procura entender os motivos pelos quais as características do sistema partidário brasileiro dificultariam a entrada das mulheres nos espaços de representação política. Segundo a autora, caberia avaliar a distinção no modo de militar entre homens e mulheres, bem como a dualidade tempo de militância e legenda. Em relação à militância das mulheres, é importante observar o lugar das mesmas nos partidos e os cargos na Executiva, além da ação de poder das organizações de mulheres. A questão básica seria: até que ponto essas organizações resultariam de mobilização efetiva? Em outras palavras, a existência destas não seria apenas uma espécie de efeito de contágio, com as agremiações visando ganhos políticos advindos da criação de tais instâncias no interior do partido?

Já as cotas foram incorporadas e efetivadas nesses sistemas pelo comprometimento dos partidos com essas medidas, além da pressão organizada das mulheres e da sua capacidade de interferir na construção das políticas de recrutamento e investimento eleitoral. Mas o que explicaria eventuais diferenças entre os partidos quanto à participação das mulheres nas listas e em seu desempenho eleitoral? Dois seriam os fatores: o desenho dos partidos, isto é, o potencial de que a, partir deste, o segmento de mulheres possa exercer influência sobre as dinâmicas políticas e organizacionais; e a força como grupo de pressão interna no momento em que são definidas as prioridades eleitorais.

Em outro texto em parceria com José Eustáquio Alves (ARAÚJO; ALVES 2007), o objetivo é entender porque, mais uma vez, as cotas não produziram efeitos significativos sobre a eleição de mulheres. Por meio de análise multivariada, são testadas variáveis referentes às candidatas à Câmara dos Deputados em 2002, como escolaridade e renda, e incluídas variáveis relativas ao Estado em que elas disputavam o cargo – por exemplo, número de cadeiras disponível e fatores socioeconômicos, como o IDH. O corte ideológico pareceu claro, sendo as legendas à esquerda do espectro mais receptivas. Ressalta-se que os testes indicaram que as candidatas foram mais bem-sucedidas nas grandes siglas de centro, leia-se PSDB e PMDB, do que nos pequenos partidos à direita do espectro.

Especificamente sobre a política de cotas, Araújo (2009) aponta para três tipos de análises: adoção; concretização; e balanço de resultados. Entre os fatores que podem interferir nas candidaturas e elegibilidade das mulheres – culturais, socioeconômicos e institucionais –, são analisados

o primeiro e o terceiro. A autora pondera a discussão do preconceito e discriminação às mulheres dentro dos partidos, ressaltando que as legendas são atores pragmáticos e, por isso, a estrutura político-institucional é permeada por formas dominantes de relações de gênero, as quais operam com efeito inercial, não havendo resistência propriamente institucionalizada. É testada, então, a hipótese de que, quanto maior a densidade eleitoral do distrito (ou competitividade, na acepção de Santos, 1997), ou seja, a relação candidatos/vagas, mais difícil é a eleição de mulheres para a Câmara. O Estado do Rio de Janeiro aparece como exceção, pois o índice de competitividade é o mais alto do país e as candidaturas femininas têm bom desempenho relativo.

O fundamental, de acordo com Araújo, seria o peso do próprio partido e o capital individual da mulher que busca uma vaga. Assim, no caso brasileiro, as mulheres possuem “chances” maiores em Estados menores e economicamente menos desenvolvidos.

Esta última proposição abriu portas para o estudo comparativo entre Brasil e Argentina, feito por Araújo (2010), a partir de metodologia de *survey* semiestruturado. O foco do estudo recai sobre a relação das cotas com os sistemas eleitoral e partidário. No caso argentino, há referência bastante forte aos líderes dirigentes e à corrente interna à qual o/a candidato/a pertence, apresentando peso considerável na seleção de candidaturas. Considerando-se o conjunto dos partidos, certamente, tal referência não se aplica ao Brasil, onde parte das candidaturas femininas bem-sucedidas advém de laços de parentesco. Isto ocorreria mais sistematicamente nos partidos de perfil de centro-direita e de centro, enquanto a menção às necessidades e decisões de categorias/grupos sociais se faz mais presente entre partidos de esquerda ou de centro-esquerda. Já na Argentina, a indicação dos nomes das mulheres é parte das negociações internas aos partidos e entre suas diversas correntes.

O *personal vote* brasileiro também é objeto de exame no trabalho de Luiza Miranda Álvares (2008). Diante da constatação de que as candidaturas femininas permanecem numericamente inferiores às masculinas, apesar da ausência de empecilhos legais e das inúmeras vagas ociosas nas listas partidárias, Álvares analisa como estas são constituídas no sistema partidário brasileiro, sendo este um dos degraus de acesso à competição eleitoral. O argumento sustenta que o sistema partidário é o principal “porteiro” no recrutamento de candidaturas, influenciado pela disposição do sistema legal, pelas regras eleitorais, assim como por fatores pessoais.

O modelo de Álvares foca no agente selecionador – centralização/descentralização interna – e no processo de constituição das listas finais – por indicação/eleição. A autora verifica se os estatutos partidários<sup>2</sup> registram formalmente as regras para o processo de pré-seleção interna, bem como a disponibilidade de vagas para cargos eletivos, além de ressaltar o peso dos critérios informais (oferta de nomes de filiados e demandas específicas dos partidos). Álvares conclui que, no sistema brasileiro, prevalece a indicação por dirigentes de um perfil de aspirante ao cargo legislativo cuja carreira política seja valorizada pelo mercado eleitoral, expondo a racionalidade peculiar dos partidos em potencializar votos.

Assim, exposto este breve levantamento da literatura, é preciso definir como o presente texto pretende contribuir para o debate e de que forma a pesquisa avança em relação ao que se sabe sobre o tema. Este estudo procura explorar algo inédito, uma vez que se ocupa dos partidos a partir da individualidade de estratégias em cada legenda, pois, ainda que cumprir as cotas seja um objetivo em comum dos partidos em 2010, cada um lidou de uma maneira com essa imposição legal. Antes de avançar nessa direção, apresentam-se os motivos que levaram ao empreendimento da análise comparativa de dois Estados.

### **Análise dos resultados eleitorais de 2010 para a Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro e no Ceará**

Pelos resultados examinados, percebe-se que os casos do Rio de Janeiro e do Ceará até certo ponto se aproximam. De um ponto de vista global, ambos situam-se em faixa intermediária, no que diz respeito tanto ao número de mulheres candidatas, quanto ao de eleitas. Todavia, são Estados com diferenças sociodemográficas importantes. O Rio de Janeiro é um Estado economicamente desenvolvido, dotado de alta densidade populacional e com IDH relativamente alto. Ceará, por sua vez, embora apresente avanços sociais notáveis em período mais recente, ainda inclui em seu território segmentos em que a pobreza é predominante, além de possuir população significativamente menor. Ademais, no campo propriamente político, existe distinção marcada no que se refere ao indicador densidade da competição, na acepção de Araújo (2007), ou índice de competitividade, na denominação de Santos (1997), cuja finalidade é medir

---

<sup>2</sup> Esta análise toma como referenciais os modelos de *gatekeeper*, de Norris e Lovenduker, e de *selectorate*, de Reuven Hazan, este último aplicado aos estatutos de três partidos políticos brasileiros: PT, PMDB e PSDB.

a relação candidatos/vaga: enquanto no Rio de Janeiro este valor é um dos mais altos (17,3), no Ceará encontra-se em patamar bem inferior (5,5).

O fato de se tratar de dois Estados caracterizados por indicadores políticos, econômicos e sociais distintos, mas com desempenho aproximado na variável de interesse, ou seja, candidaturas femininas e mulheres eleitas, torna a comparação do que se passa no âmbito partidário destas unidades passo mais do que bem-vindo.

A Tabela 1 mostra como os partidos se comportaram no Rio de Janeiro no que tange o preenchimento das listas de candidatos/as e tendo a questão de gênero como variável de interesse. Considerando-se o marco legal de 30% de candidaturas femininas, apenas o PCdoB (32%) e o PSDB (31%), entre os partidos relevantes no Estado, acataram a norma. PSB (29%), PPS (29%), PT (27%), PR (27%) e PP (26%) vêm logo em seguida com margem reduzida de diferença, enquanto PDT (18%), PMDB (16%) e PV (16%) aparecem com desempenho significativamente menor, mas à frente do PTB (11%) e DEM (10%), claramente desprivilegiando as mulheres em suas listas.

**Tabela 1**  
**Candidaturas para a Câmara dos Deputados, por sexo e cotas, segundo partidos políticos**  
**Estado do Rio de Janeiro – 2010**

| <b>Partidos</b> | <b>Total</b> | <b>Mulheres</b> | <b>Homens</b> | <b>Cotas (%)</b> |
|-----------------|--------------|-----------------|---------------|------------------|
| PMDB            | 36           | 6               | 30            | 16,66            |
| PTB             | 17           | 2               | 15            | 11,76            |
| PDT             | 43           | 8               | 35            | 18,60            |
| PT              | 43           | 12              | 31            | 27,90            |
| DEM             | 30           | 3               | 27            | 10,00            |
| PCdoB           | 40           | 13              | 27            | 32,50            |
| PSB             | 51           | 15              | 36            | 29,41            |
| PSDB            | 32           | 10              | 22            | 31,25            |
| PTC             | 18           | 6               | 12            | 33,33            |
| PSC             | 19           | 6               | 13            | 31,57            |
| PMN             | 26           | 9               | 17            | 34,61            |
| PRP             | 18           | 5               | 13            | 27,77            |
| PPS             | 17           | 5               | 12            | 29,41            |
| PV              | 48           | 8               | 40            | 16,66            |
| PT do B         | 61           | 15              | 46            | 24,59            |
| PP              | 26           | 7               | 19            | 26,92            |
| PSTU            | 4            | 1               | 3             | 25,00            |
| PCB             | 1            | 0               | 1             | 0,00             |
| PRTB            | 25           | 3               | 22            | 12,00            |
| PHS             | 19           | 5               | 14            | 26,31            |
| PSDC            | 8            | 2               | 6             | 25,00            |
| PCO             | 0            | 0               | 0             | 0,00             |
| PTN             | 17           | 3               | 14            | 17,64            |
| PSL             | 31           | 9               | 22            | 29,03            |
| PRB             | 55           | 15              | 40            | 27,27            |
| PSOL            | 37           | 10              | 27            | 27,02            |
| PR              | 65           | 18              | 47            | 27,69            |
| <b>Total</b>    | <b>787</b>   | <b>196</b>      | <b>591</b>    | <b>24,90</b>     |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Nota: Dados preliminares 01 de outubro de 2010.

A situação no Ceará não é tão diferente, pois PSDB (41%) e PCdoB (33%) também apresentavam valores maiores do que o previsto pela lei de cotas. Além disso, PP (25%) e PR (25%) continuaram próximos deste patamar, assim como o PV (16%) ficou abaixo. A distinção é verificada no que ocorre, por um lado, com partidos à direita do espectro, como PTB (33%) e DEM (28%), alterando radicalmente sua posição relativa *vis-à-vis* a do Rio de Janeiro, e, por outro, com agremiações à esquerda, como o caso do PT (16%), PSB e PDT, estes dois últimos simplesmente sem candidaturas femininas para a Câmara por este Estado.

**Tabela 2**  
**Candidaturas para a Câmara dos Deputados, por sexo e cotas, segundo partidos políticos**  
**Estado do Ceará – 2010**

| <b>Partidos</b> | <b>Total</b> | <b>Mulheres</b> | <b>Homens</b> | <b>Cotas (%)</b> |
|-----------------|--------------|-----------------|---------------|------------------|
| PMDB            | 11           | 1               | 10            | 9,09             |
| PTB             | 3            | 1               | 2             | 33,33            |
| PDT             | 2            | 0               | 2             | 0,00             |
| PT              | 6            | 1               | 5             | 16,66            |
| DEM             | 7            | 2               | 5             | 28,57            |
| PCdoB           | 3            | 1               | 2             | 33,33            |
| PSB             | 5            | 0               | 5             | 0,00             |
| PSDB            | 12           | 5               | 7             | 41,66            |
| PTC             | 4            | 0               | 4             | 0,00             |
| PSC             | 1            | 0               | 1             | 0,00             |
| PMN             | 3            | 0               | 3             | 0,00             |
| PRP             | 1            | 0               | 1             | 0,00             |
| PPS             | 4            | 2               | 2             | 50,00            |
| PV              | 12           | 2               | 10            | 16,66            |
| PTdoB           | 0            | 0               | 0             | 0,00             |
| PP              | 4            | 1               | 3             | 25,00            |
| PSTU            | 1            | 0               | 1             | 0,00             |
| PCB             | 0            | 0               | 0             | 0,00             |
| PRTB            | 4            | 0               | 4             | 0,00             |
| PHS             | 6            | 1               | 5             | 16,66            |
| PSDC            | 0            | 0               | 0             | 0,00             |
| PCO             | 0            | 0               | 0             | 0,00             |
| PTN             | 3            | 1               | 2             | 33,33            |
| PSL             | 3            | 0               | 3             | 0,00             |
| PRB             | 3            | 1               | 2             | 33,33            |
| PSOL            | 6            | 2               | 4             | 33,33            |
| PR              | 12           | 3               | 9             | 25,00            |
| <b>TOTAL</b>    | <b>116</b>   | <b>24</b>       | <b>92</b>     | <b>20,68</b>     |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Nota: Dados preliminares 01 de outubro de 2010.

Quanto às candidaturas bem-sucedidas, as Tabelas 3 e 4 informam que, no Rio de Janeiro, somente PT, PCdoB, PSDB e PR elegeram mulheres, enquanto no Ceará o mesmo só ocorreu com o PR.

**Tabela 3**  
**Eleitos para a Câmara dos Deputados, por sexo e cotas, segundo partidos políticos**  
**Estado do Rio de Janeiro – 2010**

| <b>Partidos</b> | <b>Eleitos</b> | <b>Mulheres</b> | <b>Homens</b> | <b>Cotas (%)</b> |
|-----------------|----------------|-----------------|---------------|------------------|
| PMDB            | 8              | 0               | 8             | 0,00             |
| PTB             | 1              | 0               | 1             | 0,00             |
| PDT             | 3              | 0               | 3             | 0,00             |
| PT              | 5              | 1               | 4             | 20,00            |
| DEM             | 2              | 0               | 2             | 0,00             |
| PCdoB           | 1              | 1               | 0             | 100,00           |
| PSB             | 3              | 0               | 3             | 0,00             |
| PSDB            | 2              | 1               | 1             | 50,00            |
| PTC             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PSC             | 2              | 0               | 2             | 0,00             |
| PMN             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PRP             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PPS             | 1              | 0               | 1             | 0,00             |
| PV              | 2              | 0               | 2             | 0,00             |
| PTdoB           | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PP              | 3              | 0               | 3             | 0,00             |
| PSTU            | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PCB             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PRTB            | 1              | 0               | 1             | 0,00             |
| PHS             | 1              | 0               | 1             | 0,00             |
| PSDC            | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PCO             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PTN             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PSL             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PRB             | 1              | 0               | 1             | 0,00             |
| PSOL            | 2              | 0               | 2             | 0,00             |
| PR              | 8              | 1               | 7             | 12,50            |
| <b>Total</b>    | <b>46</b>      | <b>4</b>        | <b>42</b>     | <b>8,69</b>      |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

**Tabela 4**  
**Eleitos para a Câmara dos Deputados, por sexo e cotas, segundo partidos políticos**  
**Estado do Ceará – 2010**

| <b>Partidos</b> | <b>Eleitos</b> | <b>Mulheres</b> | <b>Homens</b> | <b>Cotas (%)</b> |
|-----------------|----------------|-----------------|---------------|------------------|
| PMDB            | 5              | 0               | 5             | 0,00             |
| PTB             | 1              | 0               | 1             | 0,00             |
| PDT             | 1              | 0               | 1             | 0,00             |
| PT              | 4              | 0               | 4             | 0,00             |
| DEM             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PCdoB           | 2              | 0               | 2             | 0,00             |
| PSB             | 4              | 0               | 4             | 0,00             |
| PSDB            | 2              | 0               | 2             | 0,00             |
| PTC             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PSC             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PMN             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PRP             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PPS             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PV              | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PTdoB           | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PP              | 1              | 0               | 1             | 0,00             |
| PSTU            | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PCB             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PRTB            | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PHS             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PSDC            | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PCO             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PTN             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PSL             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PRB             | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PSOL            | 0              | 0               | 0             | 0,00             |
| PR              | 2              | 1               | 1             | 50,00            |
| <b>Total</b>    | <b>22</b>      | <b>1</b>        | <b>21</b>     | <b>4,54</b>      |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Dados 01 dezembro de 2010.

A apresentação dos resultados eleitorais no RJ e no CE tem a específica finalidade de observar o desempenho das mulheres desde a composição das chapas até a votação nominal obtida. A partir da próxima seção, a análise centra-se no exame dos graus de consistência das estratégias partidárias *vis-à-vis* a questão de gênero. Na conclusão do estudo, são feitas algumas reflexões em torno da existência de tais estratégias e seus efeitos sobre o desempenho das candidatas no pleito.

## O desenho da pesquisa e o modelo analítico

Para estudar as atitudes dos/as dirigentes partidários/as dos Estados do Rio de Janeiro e Ceará, no que diz respeito à questão das mulheres na competição eleitoral para a Câmara dos Deputados em 2010, foi aplicado um questionário semiestruturado com 26 lideranças dos partidos, sendo 14 no Rio de Janeiro e 12 no Ceará.<sup>3</sup> Ao finalizar esta primeira etapa, o procedimento seguinte consistiu na criação de um modelo analítico – segmentado em quatro dimensões –, que averiguasse os graus de consistência no padrão de respostas dadas às perguntas que integraram o questionário. A ideia do modelo analítico é testar até que ponto os partidos políticos possuem estratégias de recrutamento marcadas por critérios de gênero e em que medida tais estratégias, de fato, trazem resultados concernentes às chances de sucesso de diferentes candidaturas nas chapas proporcionais. É possível, com este modelo, observar se a presença de mulheres nas listas responde mais a imposições legais, como é exemplo a Lei de Cotas, ou a características específicas das pessoas que são candidatas, independentemente de sua condição de gênero.

Para a construção do modelo, criaram-se quatro dimensões fundamentais: (i) recrutamento partidário; (ii) participação das mulheres na instituição partidária; (iii) formação das chapas partidárias para as eleições 2010 e a Lei de Cotas (Lei 12.034/09); (iv) recursos destinados pelos partidos aos seus candidatos à Câmara dos Deputados. Segundo a proposta do estudo, supõe-se que deve haver consistência retroativa no padrão de respostas dos dirigentes, isto é, respostas positivas às questões que compõem a dimensão (iv) significam que respostas positivas foram dadas às questões elencadas na dimensão (iii) e assim sucessivamente. Quanto mais consistente for uma agremiação, com mais tranquilidade pode-se afirmar que o partido possui uma política específica de gênero, quando suas respostas forem positivas e orientadas para as mulheres, ou se trata de mero ratificador de padrões tradicionais de exclusão, no caso em que suas atitudes forem o inverso.

A partir do modelo, é possível também associar padrões de consistência com características da própria agremiação, como colocação no espaço ideológico e modos de articulação com a sociedade civil. A respeito deste ponto, os resultados da pesquisa reiteram conclusões extraídas da

---

<sup>3</sup> Os critérios de seleção dos partidos envolvidos na pesquisa, bem como os procedimentos operacionais da mesma, encontram-se no Anexo metodológico.

literatura comentada anteriormente, que em geral têm sido alcançadas via análise de dados agregados: partidos de esquerda tendem a adotar políticas mais consistentes de gênero. Além disso, os resultados, extraídos de dados atitudinais, revelam a força da hipótese mais de fundo, ou seja, a de que a consistência de um partido será tanto maior e positiva, no sentido de haver estratégias específicas para as mulheres, quanto maior for a participação de associações ligadas à questão de gênero no seio da organização partidária.

Passa-se, então, à descrição das etapas de construção do modelo. Em relação à primeira dimensão – recrutamento partidário –, a pesquisa identificou as estratégias partidárias de captura e apreensão de filiados/as com potencial eleitoral. A análise segmenta-se em duas variáveis:

- (A) *estratégias de recrutamento partidário geral* – estas podem ser de quatro tipos: 1 – aproximação de movimentos sociais, sindicais e raciais; 2 – cursos de formação política e palestras; 3 – campanhas na TV e Internet; 4 – ausência de estratégia;
- (B) *estratégias de recrutamento partidário direcionadas para mulheres* – trata-se de variável binária (existe ou não existe). Em caso positivo, o modelo capta se há ação institucionalizada, ou seja, a existência de atividades sistemáticas/permanentes ou ocasionais.

Tendo em vista que o lançamento de candidaturas às eleições – proporcionais e majoritárias – apenas se torna possível devido ao recrutamento partidário, é necessário atentar para as formas em que o mesmo acontece nas diversas legendas. Assim, em relação à variável A (estratégias de recrutamento partidário geral), estabeleceu-se que a aproximação de movimentos sociais, sindicais e raciais seria um indicador positivo para um recrutamento mais inclusivo. Já a variável B expõe o caráter institucionalizado das estratégias específicas para mulheres. Por exemplo, consideram-se “institucionalizadas” as legendas que possuem secretarias e demais órgãos preocupados permanentemente com essa prática.

A segunda dimensão, designada participação das mulheres na instituição partidária, mensurou o estilo de atuação das mulheres dentro da organização partidária. Duas variáveis foram analisadas:

- (A) *movimentos institucionais das mulheres no interior da legenda* – esta variável abrange quatro aspectos: 1 – existência de organizações internas de mulheres no partido; 2 – reconhecimento formal da organização de mulheres no estatuto do partido; 3 – mobilização da organização de mulheres; 4 – voto diferenciado das organizações de mulheres;

- (B) *as mulheres e os cargos de direção na legenda* – esta variável (binária) mensura se existem ações afirmativas de composição das chapas para os cargos de direção.

Em consonância à hipótese apresentada anteriormente, considerou-se que respostas positivas das lideranças partidárias referentes às duas variáveis denotariam uma postura “pró-gênero”.

A terceira dimensão do modelo – formação das chapas partidárias para as eleições 2010 e a Lei de Cotas (lei 12.034/09) – identificou qual a prioridade das legendas no que diz respeito às características políticas do candidato (diferenciando homens e mulheres), bem como a existência, ou não, de estratégias dos partidos para inserir mulheres nas chapas em 2010. Duas variáveis compõem esta dimensão:

- (A) *principal característica política esperada de um candidato* – esta variável pode ser de seis tipos: 1 – já exercer mandato parlamentar na Câmara; 2 – não exercer mandato parlamentar atualmente, mas ter alguma experiência parlamentar prévia; 3 – representar um grupo de interesse ou associativo; 4 – ter expressão pública reconhecida em relação a um tema /questão de interesse do Estado; 5 – identificação com o programa do partido; 6 – todos os critérios anteriores;
- (B) *estratégias da direção partidária para apoiar/estimular as candidaturas das mulheres* – variável binária (existe ou não existe).

A formação das chapas partidárias para as eleições consiste num momento fundamental para compreender melhor os mecanismos de operação das siglas, seja de maneira genérica no que tange ao papel das mulheres na política, seja no pleito de 2010, ano em que a Lei 12.034/09 vigorou pela primeira vez. Sobre o processo de formação das chapas partidárias das eleições 2010 e o papel das organizações de mulheres, intencionava-se saber se havia estratégias para inserir mulheres nas chapas e quais seriam estas. Para analisar a primeira variável, foi fornecida aos/às entrevistados/as uma lista de “qualidades” que, supostamente, conformariam um perfil esperado de um candidato. Assim, considerou-se que respostas afirmativas ao tipo 3, “representar um grupo de interesse ou associativo”, caracterizariam legendas preocupadas com a inclusão de mulheres no processo de recrutamento.

Por fim, a quarta dimensão, relativa aos recursos destinados pelos partidos aos seus candidatos à Câmara dos Deputados, identificou como ocorre esta distribuição durante a campanha eleitoral, além de verificar quais os critérios da distribuição do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Foram analisadas quatro variáveis nesta dimensão:

- (A) *distribuição de recursos para campanha* – esta variável binária refere-se à igualdade na distribuição dos recursos entre o conjunto de candidatos de cada legenda. Verifica-se também a distinção na distribuição dos recursos via corte de gênero;
- (B) *cotas na distribuição dos recursos para campanha e o corte de gênero* – esta variável binária capta se há diferença entre homens e mulheres no recebimento de recursos;
- (C) *agentes responsáveis pela distribuição dos recursos para campanha* – esta variável pode ser de três tipos: 1 – comissão formada especialmente para a eleição, composta de membros da executiva e outras lideranças; 2 – executiva partidária; 3 – “dono” do partido;
- (D) *critérios de distribuição do HGPE* – esta variável pode ser de sete tipos: 1 – todos os candidatos recebem o mesmo tempo; tipo 2 – visibilidade de quem tem votos; 3 – ter mandato parlamentar; 4 – distribuição por região onde o partido tem candidatos; 5 – quem pode pagar operacionaliza; 6 – a decisão é dos dirigentes; 7 – força política no partido.

É indiscutível a necessidade de recursos para conduzir uma candidatura para qualquer cargo eletivo no Brasil. Esta última seção do modelo analítico das organizações partidárias buscou identificar quais os recursos que os partidos destinam aos seus candidatos durante a campanha eleitoral, bem como os critérios da distribuição. Haveria investimento específico em candidaturas de mulheres? Por meio das variáveis A e B, é possível avaliar se existiu algum tipo de discriminação positiva em benefício das candidatas que integraram as chapas dos partidos que compõem o universo da pesquisa.

A seção seguinte traz análise comparativa dos resultados após aplicação do *survey* em dirigentes partidários de 14 agremiações no Rio de Janeiro e 12 no Ceará. O modelo servirá para organizar as informações e lançar luz sobre hipóteses correntes na literatura e novas eventualmente surgidas da própria análise.

### **As estratégias dos partidos políticos e a questão das mulheres na competição eleitoral para a Câmara dos Deputados: os casos do Rio de Janeiro e do Ceará**

O teste do modelo analítico, delineado na seção anterior, terá como contexto do experimento os Estados do Rio de Janeiro e Ceará. Os questionários semiestruturados, fonte dos dados aqui apresentados, receberam o mesmo tratamento de análise em ambos os Estados. Assim, as questões

foram agrupadas de acordo com as quatro dimensões que foram consideradas fundamentais para compreensão das estratégias dos partidos na formação de lista de candidatas e eleição de mulheres em 2010. A exposição dos resultados da pesquisa é o objetivo principal desta seção do texto, por isso decidiu-se apresentá-los comparativamente dentro de cada dimensão do modelo. Ao fim de cada dimensão procurou-se destacar quais legendas possuem políticas específicas para as mulheres; dessa forma, ao findar a quarta dimensão, será possível avaliar a consistência das legendas em ações positivas às mulheres na vida interna do partido e, de maneira genérica, no pleito de 2010 nesses Estados.

#### *Resultados da dimensão “recrutamento partidário”*

Observa-se, por meio das informações do Quadro 1, que existe uma segmentação entre partidos que adotam estratégias de recrutamento próximas a movimentos coletivos e outros que recorrem a indivíduos isentos de vínculo associativo. De acordo com as categorias da pesquisa, os partidos que indicassem atitudes referentes ao tipo 1 na variável A, ou seja, “aproximação de movimentos sociais, sindicais e raciais”, denotariam maior propensão à inclusão de mulheres na legenda. Assim, nesta situação, destacam-se PCdoB, PT, PSOL, PSC, PDT e PSB, no Rio de Janeiro, e PSOL, PDT, PCdoB e PT, no Ceará. Em relação à variável B, nota-se que apenas o PCdoB – tanto no RJ quanto no CE – possui ação institucionalizada para recrutar mulheres. Vale ressaltar que esta atitude, de acordo com as respostas dos/as entrevistados/as, diz respeito a um setor próprio da secretaria de mulheres do partido. Este segmento desenvolve ações periódicas, tais como a edição de uma revista cujo objetivo principal seria a atenção das mulheres para a política partidária e eleitoral. Contudo, ainda que esporadicamente, houve partidos que apresentaram algum tipo de estratégia para recrutar mulheres: PCdoB, PTB, PDT, PT, PV, PR e PMDB, no Rio de Janeiro, e PCdoB, PR, PTB, PSB e DEM, no Ceará.

**Quadro 1**  
**Distribuição dos partidos políticos, segundo variáveis da dimensão “recrutamento partidário”**  
**Estados do Rio de Janeiro e Ceará**

| Variáveis da dimensão recrutamento partidário                                             | Partidos                           |                                    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
|                                                                                           | Rio de Janeiro                     | Ceará                              |
| <i>Variável A – Estratégias de recrutamento partidário geral</i>                          |                                    |                                    |
| Tipo 1 – Aproximação de movimentos sociais, sindicais e raciais                           | PCdoB; PT; PSOL; PSC; PDT; PSB     | PSOL; PDT; PCdoB; PT               |
| Tipo 2 – Cursos de formação política e palestras                                          | PR; PPS; DEM; PTB; PMDB            | PSDB; PMDB; PR; PSB; PPS; DEM; PTB |
| Tipo 3 – Campanhas na TV e Internet                                                       | PV; PSDB                           | -                                  |
| Tipo 4 – Ausência de estratégia                                                           | PP                                 | PP                                 |
| <i>Variável B – Estratégias de recrutamento partidário direcionadas para mulheres (1)</i> |                                    |                                    |
| Não existe                                                                                | DEM; PSOL; PPS; PSB; PSC; PSDB; PP | PSOL; PSDB; PMDB; PDT; PT; PPS     |
| Existe                                                                                    | PCdoB; PTB; PDT; PT; PV; PR; PMDB  | PCdoB; PR; PTB; PSB; DEM           |
| Ação institucionalizada                                                                   | PCdoB                              | PCdoB                              |
| Ação não institucionalizada                                                               | PTB; PDT; PT; PV; PR; PMDB         | PR; PTB; PSB; DEM                  |

Fonte: Pesquisa “A Participação das Mulheres no Processo Eleitoral de 2010”, Consórcio Bertha Lutz, Eixo 2, Candidatura e Eleições de Mulheres no Sistema Proporcional de Lista Aberta.

(1) O entrevistado do PP Ceará não soube responder.

### *Resultados da dimensão “participação das mulheres na instituição partidária”*

A partir das respostas dos/as dirigentes partidários/as entrevistados/as, foi possível verificar como se processa a participação das mulheres dentro da organização partidária, particularmente no que se refere aos movimentos institucionais das mulheres no interior da sigla (variável A) e as mulheres e os cargos de direção da legenda (variável B). Assim, observa-se que, nos dois Estados em questão, apenas o DEM do Ceará não possui organização interna de mulheres e, entre os partidos que possuem, o PCdoB do Ceará é o único que não reconhece estatutariamente a respectiva organização (Quadro 2). No que tange aos aspectos mais substantivos, traduzidos aqui enquanto “mobilização das organizações de mulheres”, somente o PP no Rio de Janeiro aparece negativamente nesta questão. Já em relação ao outro aspecto substantivo da variável, “o voto diferenciado das organizações de mulheres”, há uma divisão mais expressiva: possuem direito a voto, nas questões internas do partido, as organizações do PDT, PV, PR, PPS, PSC e PSDB, no Rio de Janeiro, e do PMDB, PDT, PCdoB, PR, PTB, PT, PSB e PPS, no Ceará. Quanto à importante questão dos cargos de

direção na legenda, verificou-se que PDT, PSB, PT e PCdoB, no Rio de Janeiro, possuem ações afirmativas no sentido de incluir mulheres na composição das chapas. Já no Ceará, PSOL, PCdoB e PT são partidos que buscam maior inclusão de mulheres também na direção partidária.

**Quadro 2**  
**Distribuição dos partidos políticos, segundo variáveis da dimensão “participação das mulheres na instituição partidária”**  
**Estados do Rio de Janeiro e Ceará**

| Variáveis da dimensão participação das mulheres na instituição partidária         | Partidos                                                              |                                                         |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
|                                                                                   | Rio de Janeiro                                                        | Ceará                                                   |
| <i>Variável A – Movimentos institucionais das mulheres no interior da legenda</i> |                                                                       |                                                         |
| Organizações internas de mulheres no partido                                      |                                                                       |                                                         |
| Existem                                                                           | PDT; PV; PR; PPS; PSC; PCdoB; PTB; DEM; PSOL; PT; PSB; PSDB; PMDB; PP | PSOL; PSDB; PMDB; PP; PDT; PCdoB; PR; PTB; PT; PSB; PPS |
| Não existem                                                                       | -                                                                     | DEM                                                     |
| Reconhecimento formal da organização de mulheres no estatuto do partido           |                                                                       |                                                         |
| Existe                                                                            | PDT; PV; PR; PPS; PSC; PCdoB; PTB; DEM; PSOL; PT; PSB; PSDB; PMDB; PP | PSOL; PSDB; PMDB; PP; PDT; PR; PTB; PT; PSB; PPS        |
| Não existe                                                                        | -                                                                     | PCdoB                                                   |
| Mobilização da organização de mulheres                                            |                                                                       |                                                         |
| Existe                                                                            | PDT; PV; PR; PPS; PSC; PCdoB; PTB; DEM; PSOL; PT; PSB; PSDB; PMDB     | PSOL; PSDB; PMDB; PP; PDT; PCdoB; PR; PTB; PT; PSB; PPS |
| Não existe                                                                        | PP                                                                    | -                                                       |
| Voto diferenciado das organizações de mulheres                                    |                                                                       |                                                         |
| Existe                                                                            | PDT; PV; PR; PPS; PSC; PSDB                                           | PMDB; PDT; PCdoB; PR; PTB; PT; PSB; PPS                 |
| Não existe                                                                        | PCdoB; PTB; DEM; PSOL; PT; PSB; PMDB; PP                              | PSOL; PSDB; PP                                          |
| <i>Variável B – As mulheres e os cargos de direção na legenda</i>                 |                                                                       |                                                         |
| Ações afirmativas de composição das chapas para os cargos de direção              |                                                                       |                                                         |
| Existem                                                                           | PDT; PSB; PT; PCdoB                                                   | PSOL; PCdoB; PT                                         |
| Não existem                                                                       | PV; PR; PPS; PSC; PTB; DEM; PSOL; PMDB; PP; PSDB                      | PSDB; PMDB; PP; PDT; PR; PTB; PSB; DEM; PPS             |

Fonte: Pesquisa “A Participação das Mulheres no Processo Eleitoral de 2010”, Consórcio Bertha Lutz, Eixo 2, Candidatura e Eleições de Mulheres no Sistema Proporcional de Lista Aberta.

*Resultados da dimensão “a formação das chapas partidárias para as eleições 2010 e a Lei de Cotas (Lei 12.034/09)”*

As respostas dos/as representantes dos partidos a respeito da formação das chapas partidárias referiram-se, especificamente, ao pleito de 2010, tendo a Lei 12.034/09 enquanto temática a ser mais bem compreendida (Quadro 3). Sobre a variável A, que envolve as “qualidades” almejadas pela direção partidária em um candidato, estabeleceu-se que o tipo 3, “representar um grupo de interesse ou associativo”, seria aquele que melhor expressaria uma atitude positiva da legenda em relação à inclusão de mulheres ao jogo político e partidário. Assim, no Estado do Rio de Janeiro, estão positivamente associados a esta dimensão o PCdoB, PTB e PT, enquanto no Ceará apenas o PSOL encontra-se nesta situação. Já a existência de “estratégias da direção partidária para apoiar/estimular as candidaturas das mulheres” (variável B) foi indicada pelo DEM, PT, PV, PPS, PSB, PSC e PMDB, no Rio de Janeiro, e PSDB, PMDB, PP, PDT, PCdoB, PR, PT, PSB e PPS, no Ceará.

**Quadro 3**

**Distribuição dos partidos políticos, segundo variáveis da dimensão “formação das chapas partidárias para as eleições 2010 e a Lei de Cotas (Lei 12.034/09)”**  
**Estados do Rio de Janeiro e Ceará**

| Variáveis da dimensão formação das chapas partidárias para as eleições 2010 e a Lei de Cotas             | Partidos                            |                                              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------------------|
|                                                                                                          | Rio de Janeiro                      | Ceará                                        |
| <i>Variável A – Principal característica política esperada de um candidato</i>                           |                                     |                                              |
| Tipo 1 – Já exercer mandato parlamentar na Câmara                                                        | DEM; PDT; PR; PP; PSDB              | PMDB; PP; PTB; PT; PSB; DEM; PPS             |
| Tipo 2 – Não exercer mandato parlamentar atualmente, mas ter alguma experiência parlamentar prévia       | PSB                                 | -                                            |
| Tipo 3 – Representar um grupo de interesse ou associativo                                                | PCdoB; PTB; PT                      | PSOL                                         |
| Tipo 4 – Ter expressão pública reconhecida em relação a um tema /questão de interesse do Estado          | PV; PPS; PMDB                       | -                                            |
| Tipo 5 – Identificação com o programa do partido                                                         | PSOL                                | -                                            |
| Tipo 6 – Todos os critérios anteriores                                                                   | -                                   | PSDB; PCdoB; PR; PDT                         |
| <i>Variável B – Estratégias da direção partidária para apoiar/estimular as candidaturas das mulheres</i> |                                     |                                              |
| Existem                                                                                                  | DEM; PT; PV; PPS; PSB; PSC; PMDB    | PSDB; PMDB; PP; PDT; PCdoB; PR; PT; PSB; PPS |
| Não existem                                                                                              | PCdoB; PTB; PDT; PSOL; PR; PSDB; PP | PSOL; PTB; DEM                               |

Fonte: Pesquisa “A Participação das Mulheres no Processo Eleitoral de 2010”, Consórcio Bertha Lutz, Eixo 2, Candidatura e Eleições de Mulheres no Sistema Proporcional de Lista Aberta.

*Resultados da dimensão “os recursos destinados pelos partidos aos seus candidatos à Câmara dos Deputados”*

As quatro variáveis que compõem a última dimensão do modelo analítico serviram para identificar a existência, ou não, de distinções no direcionamento de recursos de campanha (financeiros e/ou tempo de televisão) entre candidatos e candidatas. Conforme explicitado anteriormente, considerou-se que respostas positivas na variável B denotariam um perfil de uma legenda preocupada em aumentar as chances das mulheres na competição eleitoral, tendo em vista o alto custo de uma campanha para ocupar uma vaga na Câmara dos Deputados. Nota-se que nenhuma legenda, entre aquelas que formam o universo da pesquisa, destinou recursos financeiros específicos para mulheres, tal como sugere a Lei 12.034/09 (Quadro 4). Vale ressaltar também que o principal critério citado pela maioria dos partidos quanto à distribuição de tempo no HGPE refere-se “a visibilidade de quem tem votos”. Entre os partidos do Rio de Janeiro, PCdoB, PSC, PT, PV e PP optaram por esse critério, enquanto no Ceará este foi escolhido pelo PSDB, PCdoB, PT, PSB e PPS.

**Quadro 4**  
**Distribuição dos partidos políticos, segundo variáveis da dimensão “os recursos destinados pelos partidos aos seus candidatos à Câmara dos Deputados”**  
**Estados do Rio de Janeiro e Ceará**

| Variáveis da dimensão recursos destinados pelos partidos aos seus candidatos à Câmara dos Deputados          | Partidos                                                              |                                      |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
|                                                                                                              | Rio de Janeiro                                                        | Ceará                                |
| <i>Variável A – distribuição de recursos para campanha (1)</i>                                               |                                                                       |                                      |
| Os recursos são distribuídos igualmente                                                                      | PSOL                                                                  | PSOL; DEM                            |
| Alguns recursos são distribuídos igualmente e outros dependem de certos critérios                            | PDT; PV; PR; PPS; PSC; PCdoB; PTB; DEM; PT; PSB; PSDB; PMDB; PP       | PSDB; PCdoB; PT; PSB; PSB            |
| <i>Variável B – Cotas na distribuição dos recursos para campanha e o corte de gênero</i>                     |                                                                       |                                      |
| Não há cotas                                                                                                 | PDT; PV; PR; PPS; PSC; PCdoB; PTB; DEM; PT; PSB; PSDB; PMDB; PP; PSOL | PSOL; DEM; PSDB; PCdoB; PT; PSB; PSB |
| Há cotas                                                                                                     | -                                                                     | -                                    |
| <i>Variável C – Agentes responsáveis pela distribuição dos recursos para campanha</i>                        |                                                                       |                                      |
| Tipo 1 - Comissão formada especialmente para a eleição, composta de membros da executiva e outras lideranças | PT; PV; PSB; PTB; PSOL; PDT; PSDB                                     | PSDB, PCdoB, PR                      |
| Tipo 2 – Executiva partidária                                                                                | PPS; PSC; PCdoB; DEM; PMDB                                            | PSOL, PDT, PT, PSB, DEM, PPS         |
| Tipo 3 – “Dono” do partido                                                                                   | PR; PP                                                                | -                                    |
| <i>Variável D – Critérios de distribuição do HGPE (2)</i>                                                    |                                                                       |                                      |
| Tipo 1 – Todos os candidatos recebem o mesmo tempo                                                           | PTB                                                                   | -                                    |
| Tipo 2 – A visibilidade de quem tem votos                                                                    | PCdoB; PSC; PT; PV; PP                                                | PSDB; PCdoB; PT; PSB; PPS            |
| Tipo 3 – Ter mandato parlamentar                                                                             | PDT; PSDB                                                             | -                                    |
| Tipo 4 – Distribuição por região onde o partido tem candidatos                                               | PSC                                                                   | -                                    |
| Tipo 5 – Quem pode pagar operacionaliza                                                                      | DEM                                                                   | -                                    |
| Tipo 6 – A decisão é dos dirigentes                                                                          | PR                                                                    | -                                    |
| Tipo 7 – Força política no partido                                                                           | PMDB                                                                  | -                                    |

Fonte: Pesquisa “A Participação das Mulheres no Processo Eleitoral de 2010”, Consórcio Bertha Lutz, Eixo 2, Candidatura e Eleições de Mulheres no Sistema Proporcional de Lista Aberta.

(1) Entrevistados do PMDB, PP, PDT, PR, PTB, no Ceará, disseram não ter recursos.

(2) Entrevistados do PSOL, PMDB, PP, PDT, PR, PTB, DEM, no Ceará, não responderam.

*Resultados sobre a consistência dos partidos políticos e suas estratégias em políticas específicas para as mulheres*

De acordo com a proposta apresentada, cabe agora sintetizar os resultados sobre as quatro dimensões do modelo analítico. Dentro de cada dimensão do modelo, o conjunto de legendas foi segmentado por meio das “respostas positivas” ou “respostas negativas” quanto à existência de políticas específicas para as mulheres. Desta forma, foram selecionadas apenas as variáveis de letra B, pois estas estão relacionadas diretamente à questão de gênero.

Assim, a partir do Quadro 5, verifica-se que, no Rio de Janeiro, os únicos partidos consistentemente favoráveis a uma política específica para as mulheres são PT, PCdoB<sup>4</sup> e PDT. Isto é, respostas positivas na última dimensão respondida afirmativamente (3 para o PT e 2 para o PCdoB e PDT) são acompanhadas de respostas positivas na dimensão ou nas dimensões anteriores. No lado inverso do espectro, PSOL, PP e PSDB são consistentemente negativos no padrão de respostas das lideranças. Já no caso do Ceará, apenas três partidos demonstraram consistência: de novo, PT e PCdoB, pelo lado positivo, e DEM (com 1 ponto), do outro lado do espectro.

---

<sup>4</sup> Vale ressaltar, como vistos na seção anterior, que o PCdoB, em ambos os Estados, é o único partido a apresentar ação institucionalizada para o recrutamento específico de mulheres. Além disso, este partido e o PT são os únicos a aparecerem de forma consistente como estimuladores da participação das mulheres no seio do partido, desde o recrutamento até a direção partidária, nos dois Estados. A exceção ocorre no Rio de Janeiro, em que não há política específica para composição de chapa por parte do PCdoB. Sabe-se, entretanto, conforme visto anteriormente, que o principal critério para fazer parte da lista neste partido é o vínculo com movimentos sociais (novamente, o mesmo ocorrendo com o PT). A exceção, no caso do PCdoB do RJ, certamente confirma a regra, exatamente porque o vínculo desta agremiação com os movimentos de mulheres no Estado é bastante bem caracterizado.

**Quadro 5**  
**Estratégias pró-mulheres nas quatro dimensões do modelo**  
**Estados do Rio de Janeiro e Ceará**

| Partidos              | Dimensão 1 | Dimensão 2 | Dimensão 3 | Dimensão 4 | Pontos |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|--------|
| <b>Rio de Janeiro</b> |            |            |            |            |        |
| PT                    | 1          | 1          | 1          | 0          | 3      |
| PCdoB                 | 1          | 1          | 0          | 0          | 2      |
| PSB                   | 0          | 1          | 1          | 0          | 2      |
| PDT                   | 1          | 1          | 0          | 0          | 2      |
| PV                    | 1          | 0          | 1          | 0          | 2      |
| PMDB                  | 1          | 0          | 1          | 0          | 2      |
| PPS                   | 0          | 0          | 1          | 0          | 1      |
| PSC                   | 0          | 0          | 1          | 0          | 1      |
| PTB                   | 1          | 0          | 0          | 0          | 1      |
| PR                    | 1          | 0          | 0          | 0          | 1      |
| DEM                   | 1          | 0          | 0          | 0          | 1      |
| PSOL                  | 0          | 0          | 0          | 0          | 0      |
| PP                    | 0          | 0          | 0          | 0          | 0      |
| PSDB                  | 0          | 0          | 0          | 0          | 0      |
| <b>Ceará</b>          |            |            |            |            |        |
| PT                    | 1          | 1          | 1          | 0          | 3      |
| PCdoB                 | 1          | 1          | 1          | 0          | 3      |
| PSB                   | 0          | 1          | 1          | 0          | 2      |
| PTB                   | 1          | 0          | 1          | 0          | 2      |
| PR                    | 1          | 0          | 1          | 0          | 2      |
| PPS                   | 0          | 0          | 1          | 0          | 1      |
| PDT                   | 0          | 0          | 1          | 0          | 1      |
| PMDB                  | 0          | 0          | 1          | 0          | 1      |
| DEM                   | 1          | 0          | 0          | 0          | 1      |
| PSOL                  | 0          | 1          | 0          | 0          | 1      |
| PP                    | 0          | 0          | 1          | 0          | 1      |
| PSDB                  | 0          | 0          | 1          | 0          | 1      |

Fonte: Pesquisa “A Participação das Mulheres no Processo Eleitoral de 2010”, Consórcio Bertha Lutz, Eixo 2, Candidatura e Eleições de Mulheres no Sistema Proporcional de Lista Aberta.

Nota: 1 = presença de estratégia na dimensão analítica; 0 = ausência de estratégia na dimensão analítica.

O Quadro 5 não fornece apenas uma noção a respeito dos graus de consistência dos partidos quanto às estratégias de recrutamento e composição das listas voltadas para a questão de gênero. É possível também examinar até que ponto traços distintivos das agremiações, tais como ideologia, tamanho e inclinação religiosa, são capazes de explicar as diferenças observadas no âmbito destas estratégias. Optou-se por apresentar

graficamente as possíveis associações existentes. Os resultados contidos nos Quadros 5 foram distribuídos num *continuum*, com os valores mais altos à esquerda e os mais baixos à direita. Este procedimento foi replicado para a distribuição dos partidos no espaço ideológico, seguindo tendência consolidada na literatura,<sup>5</sup> bem como para o tamanho dos partidos. Para o caso do credo, são apresentadas apenas duas possibilidades de classificação: confessional ou laico. Segundo nosso entendimento, PSC e PR são os dois únicos partidos claramente identificados com correntes religiosas – a cristã católica, no primeiro, e a protestante evangélica, no segundo. Os resultados para ambos os Estados são expostos a seguir.

*Continuum de estratégias partidárias (RJ)*

+ Pró-mulheres

- Pró-mulheres

|           |                                  |                               |                       |
|-----------|----------------------------------|-------------------------------|-----------------------|
| PT<br>(3) | PCdoB; PSB; PDT; PV; PMDB<br>(2) | PPS; PSC; PTB; PR; DEM<br>(1) | PSOL; PP; PSDB<br>(0) |
|-----------|----------------------------------|-------------------------------|-----------------------|

*Continuum de tamanho da bancada na Câmara dos Deputados (eleitos RJ, 2010)*

+ N° de cadeiras

- N° de cadeiras

|                 |           |                     |                                  |                        |
|-----------------|-----------|---------------------|----------------------------------|------------------------|
| PMDB; PR<br>(8) | PT<br>(5) | PDT; PSB; PP<br>(3) | DEM; PSDB; PSC; PV; PSOL;<br>(2) | PTB; PCdoB; PPS<br>(1) |
|-----------------|-----------|---------------------|----------------------------------|------------------------|

*Continuum ideologia*

Esquerda

Direita

|      |       |     |     |    |     |      |     |    |    |     |
|------|-------|-----|-----|----|-----|------|-----|----|----|-----|
| PSOL | PCdoB | PSB | PDT | PV | PPS | PMDB | PTB | PR | PP | DEM |
|      | PT    |     |     |    |     | PSDB |     |    |    |     |

*Continuum credo*

Laicos

Confessionais

|                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------|-----|
| PT; PCdoB; PSB; PDT; PV; PMDB; PPS; PTB; DEM; PSOL; PP; PSDB<br>PSC | PR; |
|---------------------------------------------------------------------|-----|

*Continuum de estratégias partidárias (CE)*

+ Pró-mulheres

- Pró- mulheres

|                  |                     |                                            |
|------------------|---------------------|--------------------------------------------|
| PT; PCdoB<br>(3) | PSB; PTB; PR<br>(2) | PPS; PDT; PMDB; DEM; PSOL; PP; PSDB<br>(1) |
|------------------|---------------------|--------------------------------------------|

*Continuum de tamanho da bancada na Câmara dos Deputados (eleitos CE, 2010)*

+ N° de cadeiras

- N° de cadeiras

|             |                |                        |                     |                       |
|-------------|----------------|------------------------|---------------------|-----------------------|
| PMDB<br>(5) | PT; PSB<br>(4) | PCdoB; PSDB; PR<br>(2) | PTB; PDT; PP<br>(1) | PPS; PSOL; DEM<br>(0) |
|-------------|----------------|------------------------|---------------------|-----------------------|

<sup>5</sup> Utiliza-se aqui a classificação ideológica de Zucco (2009) para os partidos políticos no Brasil.

O *continuum* referente ao tamanho das bancadas indica não haver correspondência entre o número de representantes eleitos para a Câmara em 2010, tanto no Rio de Janeiro quanto no Ceará, e uma eventual postura mais inclusiva no que se refere à presença das mulheres na política institucional partidária. Inversões e deslocamentos importantes no posicionamento das agremiações pelas retas são observados quando se comparam os *continuum* de tamanho e estratégias, sendo isto válido para os dois Estados. O mesmo vale para a variável categórica inclinação religiosa.

Fica claro, contudo, que há uma forte correspondência entre o modo pelo qual os partidos se distribuem no *continuum* de estratégias e no ideológico, nos dois Estados. As únicas inversões importantes ocorrem por conta do PSOL, no Rio de Janeiro e Ceará, e do PDT, apenas no Ceará. A partir deste resultado, por conseguinte, é possível afirmar que partidos à esquerda do espectro tendem de fato a adotar políticas específicas para as mulheres, visando maior inserção feminina na vida partidária. No entanto, não se trata de característica consistente em todo e qualquer partido de esquerda, pois, como visto a partir do Quadro 5, partidos como PDT e PSB, por exemplo, revelaram possuir graus importantes de inconsistência. Também é relevante ressaltar que tal tendência não é confirmada no que se refere a apoios diferenciados na distribuição de recursos de campanha. Em outras palavras, a aderência e consistência de partidos como PT e PCdoB a estratégias de inserção das mulheres na vida partidária não avança até a decisão final de quem favorecer na disputa pelas cadeiras em eleições proporcionais. Neste sentido, o presente estudo faz eco às contribuições de Araújo (na visão dos próprios candidatos), Speck e Sachet (na arrecadação e gastos de campanha pelas candidaturas) e Machado (na distribuição de tempo de TV para campanha) quanto à existência de viés de gênero na alocação dos ativos que levam a um melhor desempenho na busca pelo voto.

## Conclusão

Tendo como contexto do experimento empírico as eleições proporcionais nos Estados do Rio de Janeiro e Ceará, este estudo construiu e aplicou um modelo de consistência dos partidos com relação às estratégias de formação de listas de candidatas e seus efeitos sobre as chances de eleger mulheres. Diante do objetivo de verificar a eventual existência de associação entre graus de consistência de estratégias partidárias visando a questão de gênero e a alocação mais ou menos acentuada de recursos para as candidatas durante o pleito, concluiu-se que nenhuma relação foi encontrada.

Quanto aos demais aspectos do modelo, contudo, verificou-se, de fato, distinção entre as legendas que compõem o universo da análise. Por conta dos resultados, é possível avançar uma hipótese indutiva segundo a qual a consistência de um partido será tanto maior e positiva quanto maior for a participação de associações ligadas à questão de gênero no seio da organização partidária, hipótese que se viu confirmada após a verificação dos resultados relacionados à variável “existência de políticas específicas para mulheres”. A análise das quatro dimensões do modelo analítico evidenciou que os partidos pertencentes à esquerda, tanto no Rio de Janeiro como no Ceará, são aqueles que mais respostas positivas ofereceram à temática da inclusão de mulheres no recrutamento e lançamento de candidaturas no pleito de 2010, embora seja relevante ressaltar que, entre as siglas consideradas de esquerda, houve distinção importante, pois apenas o PT e o PCdoB apresentaram consistência de estratégias “pró-gênero”. De fato, e aqui está a construção da hipótese, apenas PT e PCdoB, de acordo com o padrão de respostas dos dirigentes partidários, se organizam em torno de movimentos sociais.

A análise das cotas para mulheres sob a ótica partidária, mediante a interseção com as estratégias de cada um dos partidos pesquisados, sugere que estes possuem especificidades na abordagem do aumento de mulheres na vida cotidiana das legendas, porém, todas as siglas apresentam algo em comum: não oferecem medidas que proporcionem incentivos financeiros para as mulheres disputarem um cargo legislativo. A quarta dimensão do modelo – “os recursos destinados pelos partidos aos seus candidatos à Câmara dos Deputados” – identificou que nenhuma legenda do RJ e CE cumpriu o que prevê a Lei 12.034/09 sobre cotas do fundo partidário para a campanha das mulheres candidatas.

Neste sentido, os estudos de caso – com dados pormenorizados sobre cotas, estratégias e eleição de mulheres no RJ e CE – sugerem que não existe associação entre composição das chapas e resultados nominais. Em outras palavras, o percentual de candidaturas de mulheres que um partido apresenta em nada se relaciona com a possibilidade de eleger mais ou menos mulheres. O caso do Ceará é emblemático, pois, ainda que algumas siglas tenham ultrapassado a cota de 30% – como PSDB (41%) e PCdoB (33%) –, apenas um partido elegeu uma mulher à Câmara dos Deputados, o PR. E esta foi justamente a legenda que não apresentou consistência de estratégia pró-gênero e também não cumpriu a Lei de Cotas, sendo somente 25% das candidaturas da sigla compostas por mulheres.

Assim, este estudo procurou explorar algo inédito, uma vez que se ocupou dos partidos a partir da especificidade das estratégias de cada legenda. A observação empírica de tais estratégias no Rio de Janeiro e Ceará, em 2010, permitiu endossar pelo menos dois argumentos encontrados na literatura brasileira atual em torno do tema. Paralelamente aos resultados encontrados por Álvares (2008), identificaram-se, neste trabalho, distinções entre as legendas no que se refere às origens do recrutamento de mulheres, ou seja, é possível afirmar que há, comparativamente entre as siglas, um conjunto de partidos políticos mais interessados no aumento da participação de mulheres na política eleitoral e também institucional-partidária. Também observou-se, tal como Araújo (2005), que a participação institucionalizada das mulheres na vida partidária ainda é baixa, já que são poucas aquelas que ocupam cargos na executiva partidária, sendo que a maior parte exerce atividades tópicas, em geral, relacionadas apenas ao momento eleitoral.

Esse modelo analítico de estratégias partidárias permite, enfim, a inferência de que a baixa representatividade das mulheres no Poder Legislativo nacional está relacionada à dinâmica interna, específica de cada legenda nos Estados. Em se tratando da vida partidária no país, este resultado, até certo ponto, é natural, sobretudo tendo em vista que os dirigentes partidários – bem como os membros em geral – possuem considerável autonomia para decidir os rumos de suas respectivas siglas. Cumprir cotas parece ter sido um objetivo comum aos diversos partidos em 2010, porém, cada um lidou de modo específico com essa imposição legal. Partidos que não possuem tradição de inserção de movimentos sociais em seu seio acabaram revelando ou ausência de estratégia, ou estratégias inconsistentes. Aqueles que, pelo contrário, sempre atuaram em consonância com tais movimentos – e no caso aqui examinado com o movimento de mulheres – apresentaram não apenas estratégias, mas estratégias mais consistentes.

## Referências

ÁLVARES, M. L. M. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008.

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 24, p. 193-215, jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Mídia, legitimidade eleitoral e mulheres na política. **Interseções** (UERJ), v. 9, p. 365-396, 2007.

\_\_\_\_\_. Gênero e acesso ao Poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p. 23-59, jul./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao Legislativo: estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 18, n. 2, p. 567-584, 2010.

ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007.

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da Unesp, 2001.

KROOK, M. L. Beyond supply and demand: a feminist-institutionalist theory of candidate selection. **Political Research Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 707-720, December 2010.

LIMA JUNIOR, O. B. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

MATEO-DIAZ, M. Em busca da panacéia para a igualdade duradoura: sobre a arte de combinar soluções rápidas e medidas estruturais para aumentar a presença de mulheres no Parlamento. In: SOARES, G.; RENNÓ, L. (Orgs.). **Reforma política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. **Political recruitment: gender, race and class in the British Parliament**. New York: Cambridge University Press, 1995.

SANTOS, W. G. Representação, proporcionalidades e democracia. **Estudos Eleitorais**, n.1, p. 179-214, 1997.

TAFNER, P. **Proporcionalidades e exclusão no sistema político-eleitoral brasileiro**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, IUPERJ, 1997.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. **Dados das eleições 2010**. Disponível em: <[http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatistica2010/est\\_resultados.html](http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatistica2010/est_resultados.html)>. Acesso em: 1 out. 2010.

ZUCCO JR., C. **Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros**. Paper apresentado no “Legislator Views of Brazilian Governance”, Universidade de Oxford, 2009.

## Anexo metodológico

Os partidos políticos que compõem o universo da pesquisa nos Estados do Rio de Janeiro e Ceará foram selecionados de acordo com os seguintes critérios estabelecidos:

- possuir diretório no Estado;
- possuir representante eleito em, no mínimo, duas das quatro eleições;
- se elegeu alguma mulher nestas quatro eleições (este último não foi um critério necessário, mas poderia incluir algum partido que ficasse de fora).

### *Dimensões do modelo analítico e as respectivas temáticas*

#### BLOCO 1: RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO

*Objetivo do bloco:* identificar as estratégias adotadas pelos partidos políticos no que tange ao momento anterior à formação da chapa para a disputa das eleições legislativas de 2010. Atenta-se para os caminhos percorridos pelas organizações partidárias na questão relativa à inclusão de novos filiados, especialmente o recrutamento daqueles que disputarão uma vaga na Câmara dos Deputados.

*Temáticas envolvidas:* estratégias de recrutamento (geral); estratégias de recrutamento para mulheres; filtros para filiação de novos membros partidários; processo eleitoral e o papel da organização de mulheres no recrutamento partidário; e estímulo da direção para recrutar mulheres candidatas.

#### BLOCO 2: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA INSTITUIÇÃO PARTIDÁRIA

*Objetivo do bloco:* observar as formas de inserção das mulheres na política institucional partidária, no sentido de identificar como se processa a adesão à legenda (entrada espontânea, convites de lideranças, entre outros), bem como questões específicas sobre os movimentos organizacionais das mulheres dentro da sigla (ausência/presença, direito a voto e cargos na Executiva).

*Temáticas envolvidas:* ação afirmativa para compor chapas para dirigentes; participação e militância das mulheres (razões); cotas e o crescimento da militância feminina; razões para o aumento do fluxo da militância feminina; mobilização das mulheres para cumprimento das cotas (novidades 2010); e principais obstáculos partidários e extrapartidários que interferem no ingresso das mulheres na política.

### BLOCO 3: FORMAÇÃO DAS CHAPAS PARTIDÁRIAS PARA AS ELEIÇÕES 2010 E A LEI DAS COTAS (LEI 12.034/09)

*Objetivo do bloco:* observar como se processa a construção das chapas partidárias para as eleições de 2010, buscando identificar as características pessoais que os partidos procuram nos candidatos e os requisitos referentes ao cálculo do partido (potencial de votos dos candidatos, ocupação de cargos políticos, balanceamento geográfico das candidaturas, entre outros). Inserem-se, neste bloco, as questões intrínsecas à Lei de Cotas (reserva de 30% de vagas para mulheres nas chapas) e os motivos do cumprimento (ou não) da nova legislação pelos partidos.

*Temáticas envolvidas:* definição da chapa eleitoral para deputado federal (geral); perfis para composição da chapa para deputados federais (geral e mulheres); nova Lei de Cotas e pressão das mulheres no cumprimento da mesma; razões para preenchimento das cotas para mulheres nas chapas; e o conhecimento da Lei de Cotas (avaliação destas).

### BLOCO 4: OS RECURSOS DESTINADOS PELOS PARTIDOS AOS SEUS CANDIDATOS À CAMARA DOS DEPUTADOS

*Objetivo do bloco:* identificar quais os recursos que os partidos destinam aos seus candidatos durante a campanha eleitoral. Procura-se verificar se há critérios para divisão dos recursos financeiros e do tempo de propaganda na televisão, além de identificar a presença de outros incentivos partidários, como, por exemplo, a capacitação dos candidatos (por meio de cursos e treinamentos oferecidos).

*Temáticas envolvidas:* o HGPE e o efeito nas candidaturas das mulheres; distribuição dos recursos financeiros para campanha; distribuição dos recursos para campanha e o corte de gênero; capacitação de candidatos para cargos eletivos (geral); capacitação de candidatos para cargos eletivos, especificamente para mulheres.